PROJETO DE LEI Nº 04 de 8 de Março de 2022

Dispõe sobre a regularização do quadro funcional e organizacional da Câmara Municipal de Ilha Grande – PI e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DA CIDADE DE ILHA GRANDE, ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pelo Regimento Interno da Câmara Municipal, Fazer saber que o Plenário aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

- **Art. 1º.** Esta lei estabelece a regularização do quadro funcional e organizacional da Câmara Municipal de Ilha Grande PI.
- **Art. 2º.** A Administração da Câmara Municipal é exercida pelo Presidente da Câmara, auxiliado pelos órgãos de direção superior e controle e assessoramento e de gestão institucional.
- **Art. 3º.** O Presidente e os Vereadores exercem as atribuições de sua competência constitucional e regulamentar com o auxílio dos órgãos que compõem a Câmara Municipal.
- **Art. 4º.** A estrutura organizacional e as atividades administrativas da Câmara Municipal têm como objetivo prestar assistência técnica e administrativa à Presidência, à Mesa, ao Plenário, às Comissões e aos Vereadores.
- **Art. 5º.** A estrutura organizacional da Câmara Municipal possui um Gabinete para cada Vereador e para a Presidência, sendo composta por cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, além de cargos de provimento efetivo.
- §1º. Os cargos disposto no quadro pessoal da Câmara Municipal de Ilha Grande PI, seguem a distribuição e alocação de acordo com a estrutura organizacional existente, com a denominação, quantidade, requisitos mínimos, atribuições, carga horária semanal e vencimento base apresentados no Anexo Único da presente Lei.
- §2º. O provimento dos cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração é de competência exclusiva da Presidência da Câmara Municipal, assim como, as designações para as funções gratificadas, quando for o caso.
- §3°. Ficam denominados cargos de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração:
 - a) Controladoria Geral da Câmara Municipal;
 - b) Ouvidoria Parlamentar;
 - c) Secretário Geral.
- §4°. A Ouvidoria Parlamentar ficará regulamentada por Lei própria, que determinará atributos, competências e demais caracterização da função, como remuneração e carga horária.

Art. 6°. Em atendimento ao disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, bem como ditames da Constituição Estadual e Lei Orgânica Municipal, fica autorizado o Poder Legislativo Municipal efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, para atendimento dos serviços que, por sua natureza tenham características inadiáveis e deles decoram prejuízos ao funcionamento administrativo mínimo, à segurança e demais atos administrativos essenciais à dinâmica da administração da Câmara Municipal de Ilha Grande - PI.

Parágrafo Único. As contratações temporárias terão duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, a título precário, considerando as necessidades voltadas a manutenção do funcionamento mínimo da Câmara Municipal de Ilha Grande – PI, mantendo-se todas as garantias trabalhistas.

- **Art. 7°.** A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Ilha Grande PI, regulamentará, no que couber, a presente Lei.
- **Art. 8º.** As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas por dotações orçamentárias próprias, cabendo a suplementação e demais acréscimos legais para sua implantação.
- **Art. 9°.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos na data de 0 1 de janeiro de 2022, revogando as disposições em contrário.

Ilha Grande, 08 de Março de 2022.

Cristiane Santos Carvalho

Presidente

Frankland Rocha Costa **Vice-Presidente**

Rita de Cassia Rocha da Silva 1º Secretário

Henrique do Nascimento Bitencourt **Tesoureiro**

Projeto de Lei n. 04 de 8 de março de 2022 ANEXO I

CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS

(Art. 6°, parágrafo único, desta lei)

CARGO/FUNÇAO	QUANT.	VALOR (R\$)
Vigia	02	R\$1.212,00
Motorista	01	R\$1.212,00
Zelador	02	R\$1.212,00

Ilha Grande, 08 de Março de 2022.

Cristiane Santos Carvalho

Presidente

Frankland Rocha Costa Vice-Presidente

Rita de Cassia Rocha da Silva 1° **Secretário**

Henrique do Nascimento Bitencourt **Tesoureiro**

Projeto de Lei n. 04 de março 2022 ANEXO II

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO

(Art. 5°, §3° desta Lei)

CARGO/FUNÇAO	ATRIBUTOS	QUANT.	VALOR (R\$)
Controlador Geral da Câmara Municipal (Cargo de Nível Superior – Contabilidade; Administração e afins)	Coordenar e supervisionar atividades de controle interno do Poder Legislativo; exame dos convênios, contratos e ajustes celebrados pela Câmara com os seus respectivos processos e prestações de contas; a elaboração de normas, rotinas e procedimentos para a Câmara Municipal visando o aprimoramento de seu controle interno; demais atividades de orientação técnica e fiscalização.	01	R\$1.500,00
Ouvidoria Parlamentar	-	-	-
Secretário Geral	Organizar e supervisar o apoio administrativo e o assessoramento ao Presidente da Câmara Municipal; realizar o recebimento e controle da informação oficial	01	R\$1.212,00

	•	
	destinada a Mesa	
	ou à Câmara	
	Municipal;	
	administrar o fluxo	
	de emissão das	
i	nformações	
	oficiais da gestão	
	do Poder	
	egislativo para os	
	canais de	
	comunicação e	
	órgãos - Toronto de la composição de la co	
	administrativos e	
	orivados; conservar	
	e atualizar o	
	cadastro funcional;	
	auxiliar na	
	elaboração de	
	equerimentos,	
	ofícios,	
	memorandos e	
	demais atos de	
	expedientes.	
	expedientes.	-

^{*} A Ouvidoria Parlamentar ficará regularizada em Resolução própria, nos termos do art. 5°, § 4° desta Lei.

Ilha Grande, 08 de Março de 2022.

Cristiane Santos Carvalho

Presidente

Frankland Rocha Costa Vice-Presidente

Rita de Cassia Rocha da Silva 1° **Secretário**

Henrique do Nascimento Bitencourt **Tesoureiro**